



RESPONSABILIDADE SOCIAL E RECOMPENSA FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹

Ramão dos Santos Rodrigues

Resumo: Diante do cenário atual, as empresas precisam estar atentas às questões sociais e assumirem o seu papel como agentes transformadores, pois na busca de soluções sociais poderão descobrir novas possibilidades de negócio. Este artigo objetiva realizar uma reflexão sobre o aspecto conceitual da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e como ele interfere na estrutura econômica das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) do Estado de Santa Catarina. Além do embasamento realizado através das literaturas, o artigo apresenta as pesquisas elaboradas pelo SEBRAE, utilizadas para contextualizar o cenário vivido pelas MPEs, e os resultados obtidos através de ações relacionadas aos aspectos sociais. O trabalho constatou que ainda é pequeno o número de micro e pequenas empresas que buscam investir em ações relacionadas a RSE como diferencial de mercado, mas ele está crescendo e as que já possuem essa consciência estão suportando os descompassos da economia.

Palavras-chave: Desigualdade Social, Inovação, Micro e Pequenas Empresas, Responsabilidade Social Empresarial, Sustentabilidade e Gestão Financeira.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças na economia forçam a sociedade e o mercado a conviverem com momentos de instabilidade, de incertezas, altos índices de desemprego, ampliação da dimensão da desigualdade social e suas consequências e adaptação. Nesse contexto, as MPEs se tornaram importantes fontes de geração de empregos e renda, contribuindo para o crescimento da responsabilidade social no país e com o desenvolvimento das pessoas, das comunidades locais e do combate à desigualdade social.

De acordo com um relatório da OCD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil terá o pior resultado de emprego em 2016 entre

¹Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Finanças, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Finanças.



43 países. Isso vem piorando a distribuição de renda, segundo estudo de Rodolfo Hoffmann, professor da Universidade de São Paulo (USP). Decorrente, essencialmente, dessa má distribuição de renda, as consequências da desigualdade social no Brasil são observadas na favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e violência. Tornam-se cada vez mais necessárias as práticas responsáveis e sustentáveis para a mudança desse quadro no cenário atual.

Para superar o difícil momento econômico, profissionais qualificados buscam reinserção no mercado de trabalho por meio de negócios próprios, principalmente na área de serviços especializados, e que permitem regimes simplificados de tributação (Simples Nacional e MEI). Esse movimento contribuiu para o aumento do empreendedorismo no mercado formal e a disputa de mercado entre as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), que são responsáveis pela inserção de novas práticas de mercado e tecnologia. Conforme pesquisa da Serasa Experian, o número de abertura de empresas bateu recorde no primeiro trimestre deste ano. De janeiro a março de 2016, surgiram no País mais de 516 mil empresas, o que representa 7,5% acima do registrado em igual período de 2015, quando foram criados 480.364 novos empreendimentos. Esse é o maior número de empresas já registrado no primeiro trimestre desde 2010, quando teve início a pesquisa em torno do Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas.

A preocupação com a sobrevivência e o sucesso dessas empresas é relevante e está diretamente relacionada com a capacidade delas atenderem as necessidades, as expectativas e ao nível de confiança, por meio de uma forma responsável de agir, dos seus *stakeholders*, representados pelos seus proprietários, clientes e pela comunidade na qual estão inseridas. Estes são os maiores interessados no que elas fazem, e exercem influência sobre seus negócios. Evitar conflitos e garantir a prosperidade do negócio fazem parte das ações estratégicas de uma empresa sustentável. Andrews (1991) define estratégia como um padrão de decisões de uma empresa, o qual determina e revela seus objetivos, propósitos, metas, principais políticas e planos para atingir os objetivos em questão. O autor mencionado também defende que a estratégia engloba a amplitude de atuação da empresa, o tipo de organização econômica e humana que esta deseja ser e o tipo de contribuição que ela deseja conceder aos *stakeholders*.

Refletindo sobre mercado, sobrevivência das MPEs e na possibilidade de contribuírem com a sociedade por meio de uma gestão socialmente responsável, o tema



proposto para esta pesquisa busca conhecer e analisar os retornos obtidos por Micro e Pequenas Empresas instaladas no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 2011 e 2016, dos investimentos realizados em ações relacionadas ao contexto da Responsabilidade Social Empresarial. Para tanto, serão avaliadas as afirmações de representantes das MPEs instaladas no Estado de Santa Catarina relacionadas a gestão de seus negócios durante esse período e, a partir delas, verificadas quais as mudanças geradas pelas ações relacionadas a RSE no desempenho das empresas. Como resultados, a pesquisa visa conscientizar os proprietários de MPEs sobre a importância de gestões mais sustentáveis e despertar o interesse destes para ações de Responsabilidade Social Empresarial, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o Relatório de desenvolvimento humano elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil apresenta um conjunto de indicadores econômicos e sociais que são típicos de um país em desenvolvimento, de base industrial, porém os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a nossa economia, atualmente, está ganhando maior proporção em serviços. Segundo o IBGE, no segundo trimestre de 2016, o setor de serviços apresenta uma participação de 72% do total do PIB, e a agricultura e a indústria somam o restante dos 28% do PIB. Essa proporção é reflexo do crescimento do número de empresas vinculadas a este setor nos últimos anos e, em sua grande maioria, compostas por micro e pequenas empresas (MPEs).

A exemplo do Estado de Santa Catarina, conforme o critério de classificação do porte empresarial adotada pelo sistema SEBRAE, objetivando que os dados possam ser comparados com as demais unidades da federação, o setor terciário (serviço) foi, em 2011, o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos. As micro e pequenas empresas catarinenses foram responsáveis, em 2011, por concentrar 99,2% do número total de empresas no Estado e 58,6% do número total de empregos formais.



As micro e pequenas empresas já contribuem para a melhoria das comunidades nas quais estão presentes. Mas esta deve ser uma postura sistemática, para enraizar valores como a solidariedade em nosso meio social. E, nesse aspecto, o poder dos pequenos negócios é inigualável.

Azambuja (2001) menciona a necessidade de uma evolução progressiva dos padrões sociais dos países em desenvolvimento:

É melhor para um grande país emergente como o Brasil defender a governança progressiva, mediante a adoção de instrumentos internacionais flexíveis ou até voluntários, do que ser obrigado a aceitar normas vinculatórias impostas por organismos multilaterais – como a Organização Mundial do Comércio (OMC) – no âmbito social e ambiental. Essas normas, que ainda estão em discussão, poderão distorcer o comércio internacional em favor dos países altamente desenvolvidos e em detrimento dos em desenvolvimento.

Em relação ao Brasil, a discussão sobre o tema está associada à transição de valores que o país atravessa, de uma sociedade industrial, onde a responsabilidade social assume conotação econômica, para uma sociedade pós-industrial, onde o tema valoriza aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida (FGV, 2006).

A pequena empresa que adota a filosofia e práticas da RSE tende a ter uma gestão mais consciente e maior clareza quanto à própria missão. Consegue um melhor ambiente de trabalho, com maior comprometimento de seus funcionários, relações mais consistentes com seus fornecedores, clientes e melhor imagem na comunidade. Tudo isso contribui para sua permanência e seu crescimento, diminuindo o risco de mortalidade, que costuma ser alto entre os novos negócios (SEBRAE, 2003).

O Instituto Ethos conceitua RSE como: “a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Processos gerenciais. Responsabilidade Social Empresarial, junho de 2005, p. 25).

Uma representação desse conceito é a definição apresentada por Barbosa e Rabaça (2001):



A responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social.

Nesse contexto, podemos observar a inclinação das empresas para se tornarem empreendimentos sustentáveis, compondo as dimensões responsáveis por este desenvolvimento, sinaladas como econômica, ambiental e empresarial. Atendendo aos preceitos dos componentes do mercado (consumidores, sociedade, empregados e fornecedores) buscam garantir o crescimento econômico, a durabilidade e a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, através do meio ambiente, em acordo com os agentes sociais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Essa abordagem é a mesma do Instituto Ethos de Responsabilidade Social (2000:13):

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação empresarial deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

Empresa sustentável é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é o objetivo dessa empresa e a responsabilidade social, o meio para tornar a sua contribuição efetiva (MARREWIIJK, Marcel van. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. *Journal of Business Ethics*, v. 44, 2003, p. 95-105).

Nas empresas, essa orientação das suas atividades na compreensão das dimensões da sustentabilidade, de acordo com a especificação de cada uma, atende aos critérios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Levando em consideração o aspecto financeiro das empresas, para Friedman, a responsabilidade social da empresa é a maximização dos interesses dos acionistas.



A administração moral se esforça para atender elevados padrões de conduta moral e seus administradores procuram lucro dentro da lei e dos preceitos morais (CARROLL, 1991, p. 44-45).

A Gestão Financeira, de acordo com o Instituto SEBRAE de Sustentabilidade, também é uma das dimensões de sustentabilidade empresarial. Sua função é manter a empresa economicamente viável, estável, sustentável e preparada para os desafios do mercado. Ela objetiva liquidação de contas e obtenção de lucros através de medidas como:

- 1) ELIMINAÇÃO DE DESPERDÍCIOS, pois eles consomem recursos financeiros que podem ser poupados e direcionados para outras atividades do negócio.
- 2) ORGANIZAÇÃO da rotina e CONTROLE do FLUXO DE CAIXA, visando otimizar processos, prever despesas e evitar retiradas desnecessárias.
- 3) ANÁLISE da situação atual do negócio, das METAS e do PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.
- 4) Realização de PARCERIAS e AÇÕES COLABORATIVAS junto com os FORNECEDORES, formando uma rede de CONTATOS, produtiva e sustentável, fazendo todo mundo ganhar.
- 5) PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS, contemplando o desenvolvimento de colaboradores, sociedade e meio ambiente.

Para a empresa, a incorporação desses objetivos significa adotar estratégias de negócios e atividades que atendam às necessidades das empresas e dos seus *stakeholders* atuais, enquanto protegem, sustentam e aumentam os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro (REINHARD, Steurer; LANGER, Markus E.; KONRAD, Astrid; MATINUZZI, André. Corporations, *stakeholders* and sustainable development I: a theoretical exploration of business-society relations. Journal of Business Ethics, v. 61, n. 3, 2005, p. 274).



Assim, espera-se que os colaboradores se sintam parte dos resultados, que os fornecedores encontrem um mercado justo, que os clientes sejam fidelizados e que a empresa sustentável alcance crescimento e espaço no mercado.

Srouf (2000:43) descreve a relação existente entre mercado e responsabilidade social empresarial na atualidade:

A bem da verdade, em ambiente competitivo, as empresas têm uma imagem a resguardar, uma reputação, uma marca. E, em países que desfrutam de estados de direito, a sociedade civil reúne condições para mobilizar-se e retaliar as empresas socialmente irresponsáveis ou inidôneas. Os clientes, em particular, ao exercitar seu direito de escolha e ao migrar simplesmente para os concorrentes, dispõem de uma indiscutível capacidade de dissuasão, uma espécie de arsenal nuclear. A cidadania organizada pode levar os dirigentes empresariais a agir de forma responsável, em detrimento, até, das suas convicções íntimas.

Singer (2002:14) acredita que houve intensificação dos problemas sociais com a retomada do liberalismo econômico, o que resultou no surgimento de grande número de organizações não governamentais (ONGs) e na consolidação do chamado terceiro setor. Porém, em sua opinião, o mercado e as ONGs somente não são capazes de reduzir as desigualdades, sendo necessária a atuação do Estado como promotor e direcionador das políticas sociais.

Dessa forma, como exemplo de participação do Estado no incentivo às políticas sociais, Santa Catarina, com a finalidade de reconhecer e destacar empresas privadas, empresas públicas e entidades com fins não econômicos que tenham a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão visando à promoção do bem-estar da sociedade e a preservação ambiental, instituiu, através da Assembleia Legislativa e com base na Lei 12.918/2004, o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e o Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC. A ferramenta de avaliação utilizada é o balanço socioambiental publicado por empresas e entidades. Na 5ª edição, no ano passado, a comissão de avaliação recebeu a pré-inscrição de 239 empresas e instituições, das quais 95 receberam a certificação, que beneficia sua imagem e sua marca perante a sociedade como empresa socialmente responsável, conquistando a simpatia e a preferência de clientes que se preocupam com os ideais sociais.



Além desse incentivo, o Estado participa através de políticas econômicas, analisando projetos e emendas que influenciam as taxas de juros praticadas no mercado.

Além da preocupação com o mercado e o atual cenário econômico, o estudo do capital de giro, de acordo com Assaf e Lima (2011), é de grande importância para as Finanças Corporativas, uma vez que determina reflexos visíveis no desempenho futuro das empresas. Ele ainda ressalta que todas as decisões financeiras que venham a ser tomadas por uma empresa requerem cuidadosa atenção a seus elementos circulantes, pois são eles, em última análise, que produzem capacidade financeira de sustentação e crescimento dos negócios. Dessa forma, convém observar que os investimentos realizados em capital de giro não geram diretamente resultados de produção e venda, meta final do processo empresarial de obtenção de lucros, mas visam à sustentação da atividade operacional da empresa.

A necessidade de investimento em capital de giro é explicada pelo tempo que tarda entre a empresa adquirir e pagar suas matérias-primas e o momento do recebimento das vendas realizadas. É o denominado *ciclo de caixa* (ASSAF; LIMA, 2011), que contribui para a análise da liquidez da empresa.

Silva (2013) diz que o principal objetivo da análise da liquidez de uma empresa reside em identificar sua capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo e afirma que é relevante definir as causas de problemas que ela tenha nesse aspecto:

Muitos profissionais argumentam que as empresas “quebram” por terem problemas de liquidez, o que é óbvio, pois, se não houver dificuldade financeira, não há razão para quebrar. O fator relevante, entretanto, é identificar as causas que levam uma empresa a ter problemas de liquidez. O problema da dificuldade financeira de alguém decorre de ganhar pouco ou gastar muito, ou ainda da combinação desses dois fatores. Entendemos, portanto, que a situação de liquidez de uma empresa é efeito da combinação de diversos fatores de caráter operacional e de decisões estratégicas tomadas pela sua direção.

Lavando-se em consideração os aspectos anteriormente abordados, a Responsabilidade Social Empresarial total impõe o cumprimento simultâneo das responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Colocado em termos mais pragmáticos, significa que a empresa deve, ao mesmo tempo, ser lucrativa, obedecer às leis, atender as expectativas da sociedade e ser boa cidadã (CARROLL, 1991).



3 METODOLOGIA

A pesquisa está baseada no estudo sobre a importância da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na cultura das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) instaladas no Estado de Santa Catarina, entre 2011 e 2016, com o objetivo de compreender como essas empresas adquirem retornos financeiros a partir de investimentos realizados em ações relacionadas a Responsabilidade Social (RS).

Ela é de caráter bibliográfico e documental, onde os dados e as informações foram coletados por meio de mídia impressa e/ou digital, e as empresas envolvidas não foram pesquisadas diretamente por este autor.

O aprofundamento sobre o tema busca analisar e correlacionar as variáveis incidentes sobre o ambiente e o setor que atuam essas MPEs, para esclarecer quais os fatores que são decisivos ou pertinentes para a execução da RSE como elemento estratégico e como eles se relacionam com o faturamento e o endividamento dessas empresas.

No tratamento dos dados para gerar informação, ambos os métodos, quantitativo e qualitativo, foram utilizados. Como afirma Gatti (2007), é preciso considerar que os conceitos de qualidade e quantidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma quantificação dessa grandeza), e de outro ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial, não tem significação em si.

Realizou-se um levantamento a partir de indicadores da qualidade da gestão focados nos investimentos feitos por essas empresas em melhorias de alguns aspectos relacionados às suas atividades que aumentavam seus índices, como, por exemplo, o de competitividade e, principalmente, o relacionado ao de Capital de Giro, pois, conforme indica Assaf (2011), a administração do capital de giro (circulante) envolve basicamente as decisões de compra e vendas tomadas pela empresa, assim como suas mais diversas atividades operacionais financeiras. A investigação dessas informações será desenvolvida por meio de estudo exploratório, utilizando pesquisas realizadas por entidade considerada sem fins lucrativos, tendo como critério para a seleção da amostra os seguintes itens:



- a) MPEs que investem em programas, projetos ou capacitação para eliminar desperdícios.
- b) MPEs que organizam e controlam a rotina do fluxo de caixa.
- c) MPEs que analisam a situação do negócio.
- d) MPEs que analisam as metas do negócio.
- e) MPEs que analisam o planejamento do orçamento.
- f) MPEs que realizam parcerias com fornecedores.
- g) MPEs que realizam ações colaborativas com fornecedores.
- h) MPEs que contemplam o desenvolvimento de colaboradores no planejamento dos investimentos.
- i) MPEs que contemplam o desenvolvimento da sociedade no planejamento dos investimentos.
- j) MPEs que contemplam o desenvolvimento do meio ambiente no planejamento dos investimentos.

Os dados coletados foram obtidos a partir de um instrumento de avaliação da competitividade empresarial desenvolvido pelo SEBRAE, o *Sensor das MPEs*. Este instrumento é constituído pelo levantamento de informações sobre o desempenho semestral das micro e pequenas empresas (MPE) catarinenses e da qualidade da gestão empresarial, desenvolvido pelo Sebrae/SC, que propicia a geração de índice de competitividade para micro e pequenas empresas (ICP-mpe). O ICP-mpe é um índice que objetiva acompanhar o desempenho competitivo das micro e pequenas empresas de Santa Catarina, proveniente do somatório de pontos atribuídos a cada um dos indicadores avaliados, que podem variar de 0 a 100. São 44 indicadores distribuídos em nove dimensões: Liderança; Estratégia e Planos; Clientes; Sociedade; Informações e Conhecimento; Pessoas; Processos; Controle de Resultados; e Desempenho no Período. O *Sensor das MPEs* possui uma metodologia de pesquisa formada por público-alvo de Microempresas (ME), com faturamento de até R\$ 360.000,00, e pequenas empresas (PE), com faturamento de até R\$ 3.600.000,00, ambas em situação formal e com CNPJ ativo em Santa Catarina. Ela é de caráter quantitativo



e com plano amostral de 500 empresas por cotas representativas ao número de ME e PE dos setores de agronegócios, comércio, indústria e serviços nas regiões de Foz do Itajaí, Grande Florianópolis, Extremo Oeste, Meio Oeste, Oeste Norte, Serra, Sul e Vale do Itajaí. Essa pesquisa possui erro amostral máximo de 4,4% para o Estado e nível de confiança de 95% e sua frequência de medições é semestral.

O *Sensor das MPEs* permite uma visão geral dos aspectos que impactam o desenvolvimento das MPEs, segundo as opiniões de seus gestores e responsáveis, expressada através de questões relacionadas às nove dimensões, todas sempre com quatro alternativas de resposta, que variam sua pontuação conforme a opção escolhida (0% para a opção A, 30% para a opção B, 70% para a opção C, e 100% para a opção D). Cada questão vale a pontuação de até 4,2857142 para perguntas da dimensão Desempenho do Período, que são correspondentes a 30% do ICP-mpe, e 1,891891 para questões relacionadas as demais dimensões, que correspondem a 70% do ICP-mpe.

A observação da variação do ICP-mpe e seus componentes, ajuda a entender a compreensão que as MPEs têm sobre a RSE e como ela influencia suas ações dentro do mercado.

Não é possível determinar diretamente a relação entre RSE e o crescimento gerado nas MPEs através de suas ações, pois este engloba vários aspectos como comportamentais, estruturais e econômicos, além dos sociais, que são praticados no dia-dia das empresas e são difíceis mensurar os seus resultados. Mas, a partir da reflexão de conceitos relacionados a RSE, como Inovação e Sustentabilidade, que estão diretamente ligados a postura da empresa e como ela se relaciona com a sociedade, podemos levantar comparativos entre esses conceitos e as opiniões de empresários de micro e pequenas empresas para verificar a variação gerada no faturamento e no endividamento de seus empreendimentos.

Podemos observar também, que a sustentabilidade é a ferramenta através da qual a RSE materializa sua essência para modelar a estrutura do negócio das MPEs, tornando-as adaptáveis e coerente às exigências do consumidor final, que representa o mercado e personifica a sociedade. Na sustentabilidade, estão envolvidos todos os agentes que constituem o mercado, desde o meio ambiente, que fornece a matéria-prima, até o consumidor final, que deve retornar ao seu fornecedor os resíduos do produto já consumido, caso sobram, para que este cumpra sua RSE na destinação dos mesmos.



Para poder exercer na íntegra a sua RSE e com ela obter retorno financeiro, as empresas buscam soluções através da inovação. De acordo com Christopher Freeman, Inovação é o processo que inclui as atividades técnicas, concepção, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos (ou melhorados) produtos, ou na primeira utilização de novos (ou melhorados) processos. Investir em inovação pode ser uma solução no longo prazo para aumentar a competitividade da empresa e se manter atuante no mercado, através de produção e vendas a um custo menor, mas com qualidade.

Tratando de forma conceitual, mas que pode ser observado na prática, a RSE deve ser analisada na MPEs sob a ótica de suas possibilidades e conveniências, ou seja, a dimensão das ações de RSE é proporcional ao tamanho da MPE. Assim, além do benefício humano e ambiental que se espera nessas ações, é tido como objetivo deste trabalho observar qual o valor financeiro que essas ações proporcionam para as MPEs, como forma de aumentar o fomento de práticas responsáveis socialmente e através delas aumentar também a permanência das MPEs no mercado.

Foi considerada na análise a situação econômica vivida no país em cada momento da apuração da pesquisa feita pelo SEBRAE, que interferiu no faturamento e aquisição de recursos pelas MPEs. A inflação foi solicitada como descontada para uma fiel apuração do montante gerado pelas MPEs através do faturamento.

Por meio da contabilização das opções escolhidas pelos diversos empresários e responsáveis pela gestão da empresa do plano amostral definido, pode se representar, por meio de gráficos, o panorama geral da tendência econômica das MPEs.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Iniciando a análise dos resultados obtidos por meio dos valores calculados do ICP-mpe, podemos observar através do Gráfico 1, ao longo do período da pesquisa, compreendida entre 2011 e 2016, uma constante redução do faturamento das MPEs de Santa Catarina.

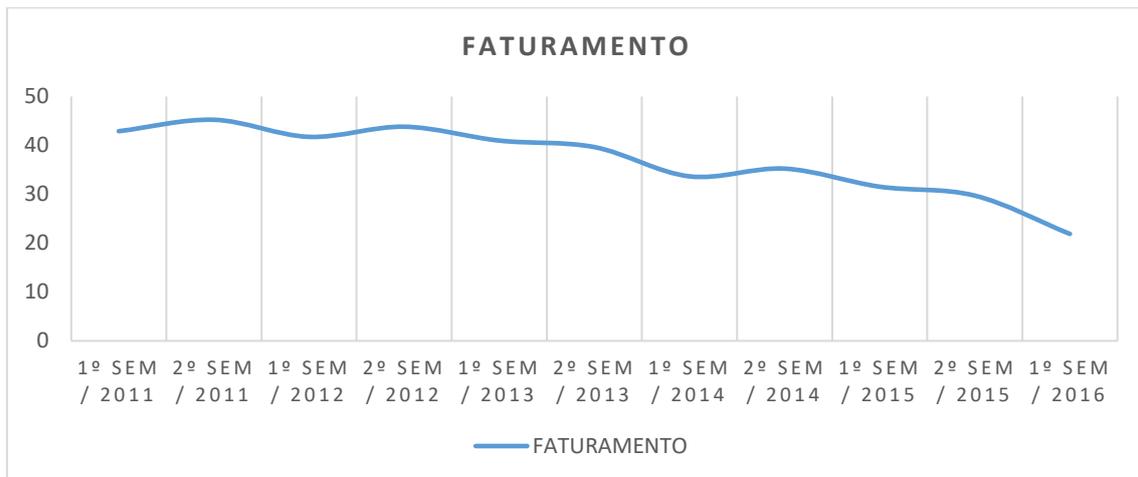


Gráfico 1 *Faturamento.*

Este resultado no 1º semestre de 2016 é consequência da situação econômica do país neste período sobre as MPEs, por motivos de queda nas vendas, aumento dos custos e a diminuição do poder de compra. Este cenário contribuiu para uma forte retração nos investimentos, como medida de cautela, e diminuição significativa no número de ações de inovação realizadas nas MPEs, conforme pode ser observado pelo Gráfico 2.

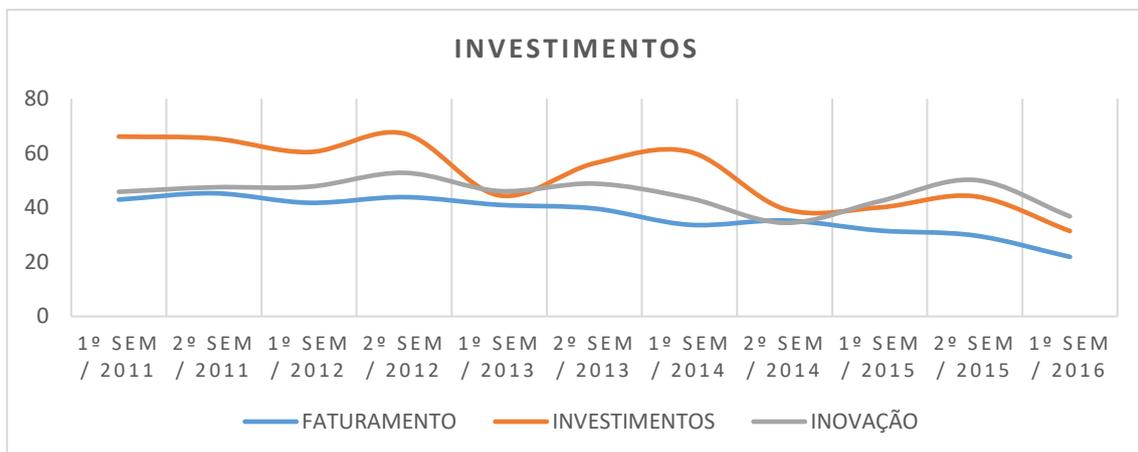


Gráfico 2 *Investimentos.*

Contudo, dos 40,6% das empresas que realizaram ações de inovação, durante este período, 75% afirmam que estas impactaram positivamente em seus negócios, confirmando que inovações trazem bons resultados aos empreendimentos.

Segundo Schumpeter (1934), a inovação representa um ato radical que envolve a introdução de um novo elemento ou a combinação de elementos antigos. Ainda, Schumpeter (1942) afirma que “inovação é a reforma ou revolução de um padrão de produção a partir da exploração de uma invenção, ou de forma mais geral, uma possibilidade tecnológica original, para a promoção de uma novo produto ou serviço”.

Uma das medidas inovadoras que tem sido bastante adotadas por muitas empresas, segundo um levantamento feito pelo Sebrae com 34 mil empreendimentos brasileiros, refere-se à produtividade, como diminuição de custos com a redução de desperdícios. A sustentabilidade é outra inovação implantada, como apoio em ações gerenciais que visam à diminuição ou eliminação do impacto ambiental negativos de suas atividades, inclusive adequação à legislação ambiental vigente.

Há de se observar que ainda é restrito o campo de opções que expressam a preocupação das MPEs com o social, estando suas atenções voltadas mais para exigências legais e meio ambiente, com uma parcela, ainda iniciante, de ações e projetos sociais, como mostra o Gráfico 3.

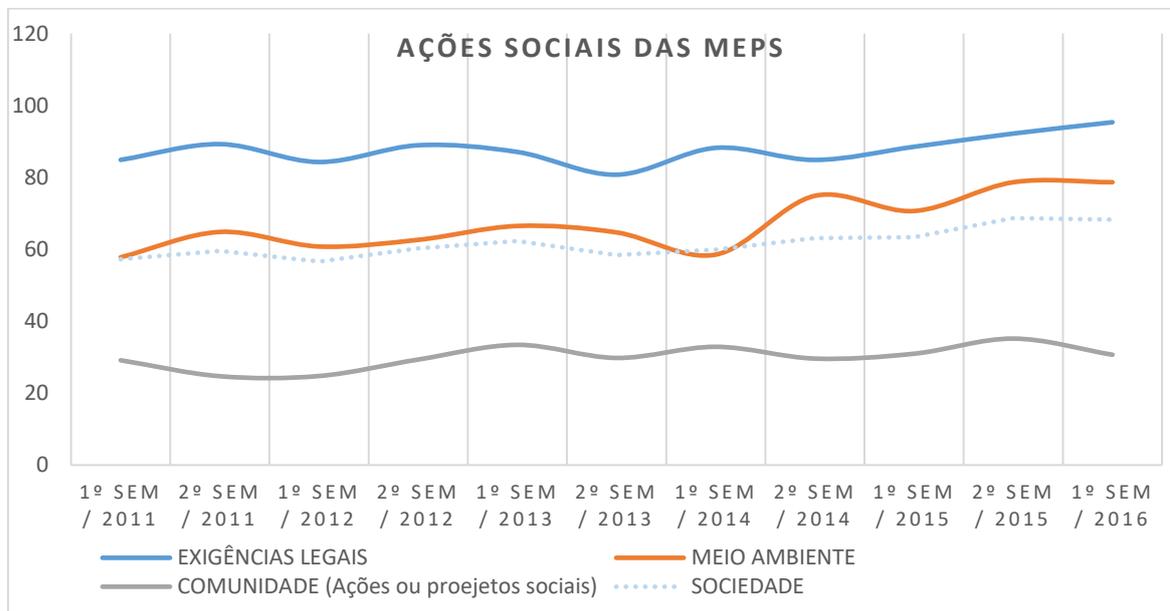


Gráfico 3 Ações sociais das MPEs.

Sob a ótica de uma gestão financeira sustentável, comprometida com a viabilidade econômica do negócio, podemos observar, através desse gráfico, o crescente interesse em ações inerentes ao meio ambiente, às relações humanas e a vida financeira da empresa.

O Gráfico 4 representa a pontuação do indicador das empresas que afirmaram não terem adquirido empréstimos para capital de giro. Os índices baixos indicam maior captação de recursos de terceiros para investimentos e os índices altos indicam recuperação de poupança do empresário. Esta variação é decorrente do nível de faturamento influenciado principalmente pela economia do país. Demonstra também o exercício do controle da mobilização de recursos. Após desencadeamento de fatores que prejudicaram a economia durante o segundo semestre de 2014, resultando no aumento do endividamento e diminuição da poupança das micro e pequenas empresas do estado catarinense, no período próximo ao levantamento do primeiro semestre de 2016, podemos observar um aumento constante na pontuação deste índice, devido ao empresário ter dificuldades na captação de empréstimos por causa das altas taxas de juros e as dificuldades impostas pelas instituições financeiras na concessão de crédito, ou pelo receio em sua captação.

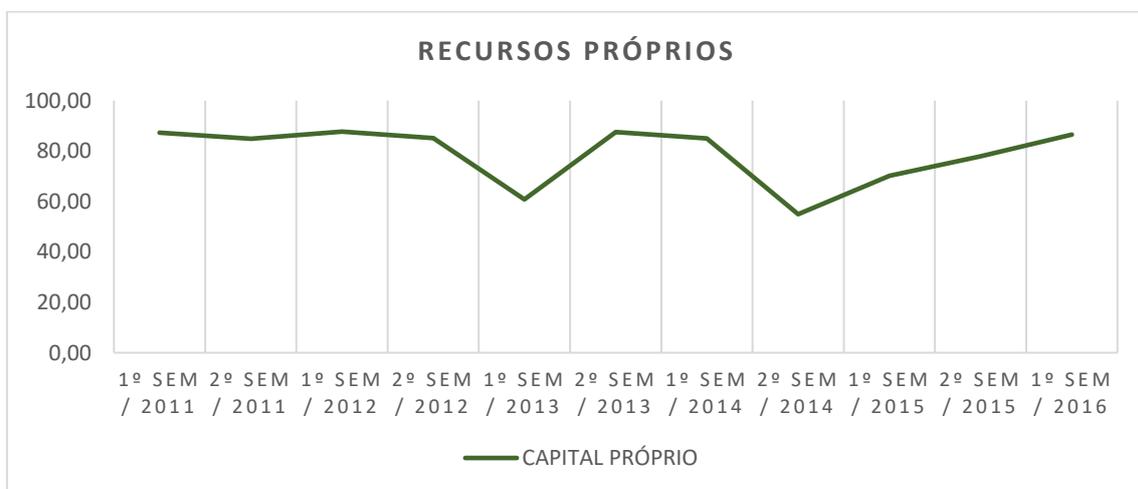


Gráfico 4 Recursos Próprios.

Na tentativa de buscar o melhor desempenho e se manter competitivo no mercado, as empresas passam a controlar suas finanças, a fim de otimizar a utilização de seus recursos, e os principais processos do negócio, para atenderem com eficiência ao mercado consumidor, como visto no Gráfico 5.

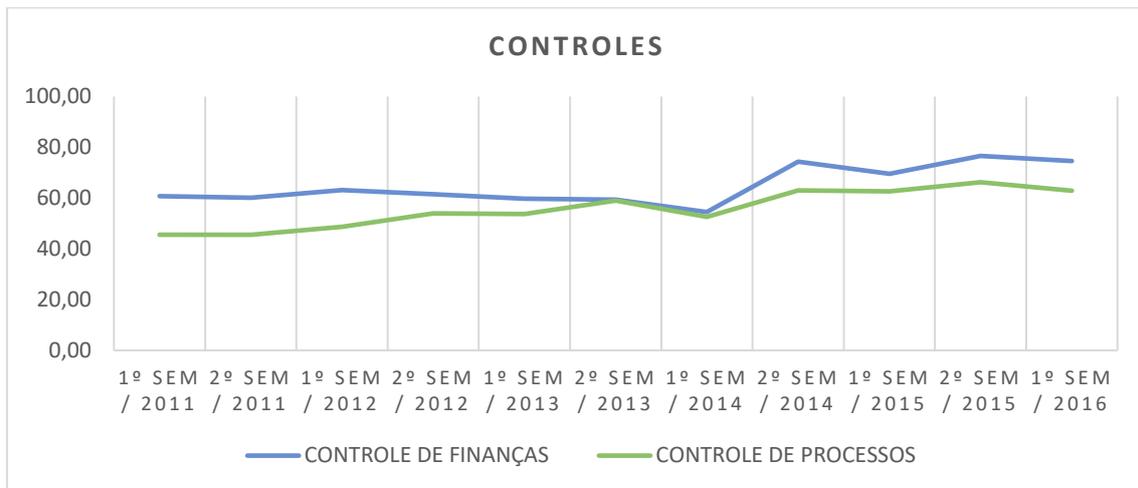


Gráfico 5 *Controles*.

Outra forma de demonstrar uma gestão eficaz e um processo eficiente do negócio é através da redução de custos por motivos de acidentes e *turnover*². As empresas estão mais atentas à saúde, à segurança no trabalho e ao bem-estar, além da satisfação, dos colaboradores, como o mostra o Gráfico 6:

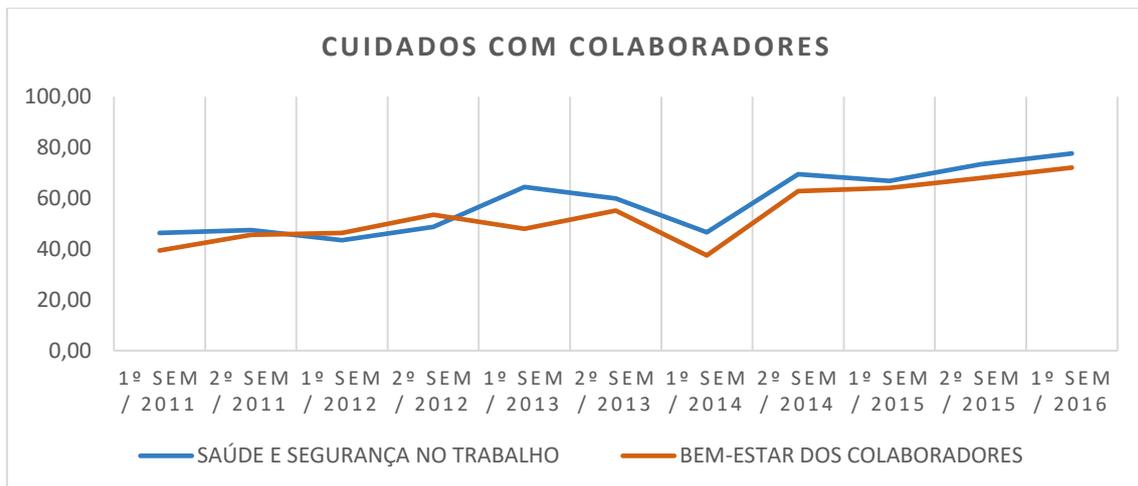


Gráfico 6 *Cuidados com colaboradores*.

²Termo da língua inglesa frequentemente utilizado na área de Recursos Humanos (RH) para designar a rotatividade de pessoal em uma organização, ou seja, as entradas e saídas de funcionários em determinado período de tempo. Na área de RH, o cálculo de *turnover* tem a função de determinar a percentagem de substituições de funcionários antigos por novos e, conseqüentemente, analisar a capacidade da empresa em manter os seus colaboradores.

É possível perceber, pelo Gráfico 7, o crescimento de alguns índices, se comparados com os índices iniciais, que podem influenciar diretamente as finanças da empresa por meio de receitas, custos e despesas.

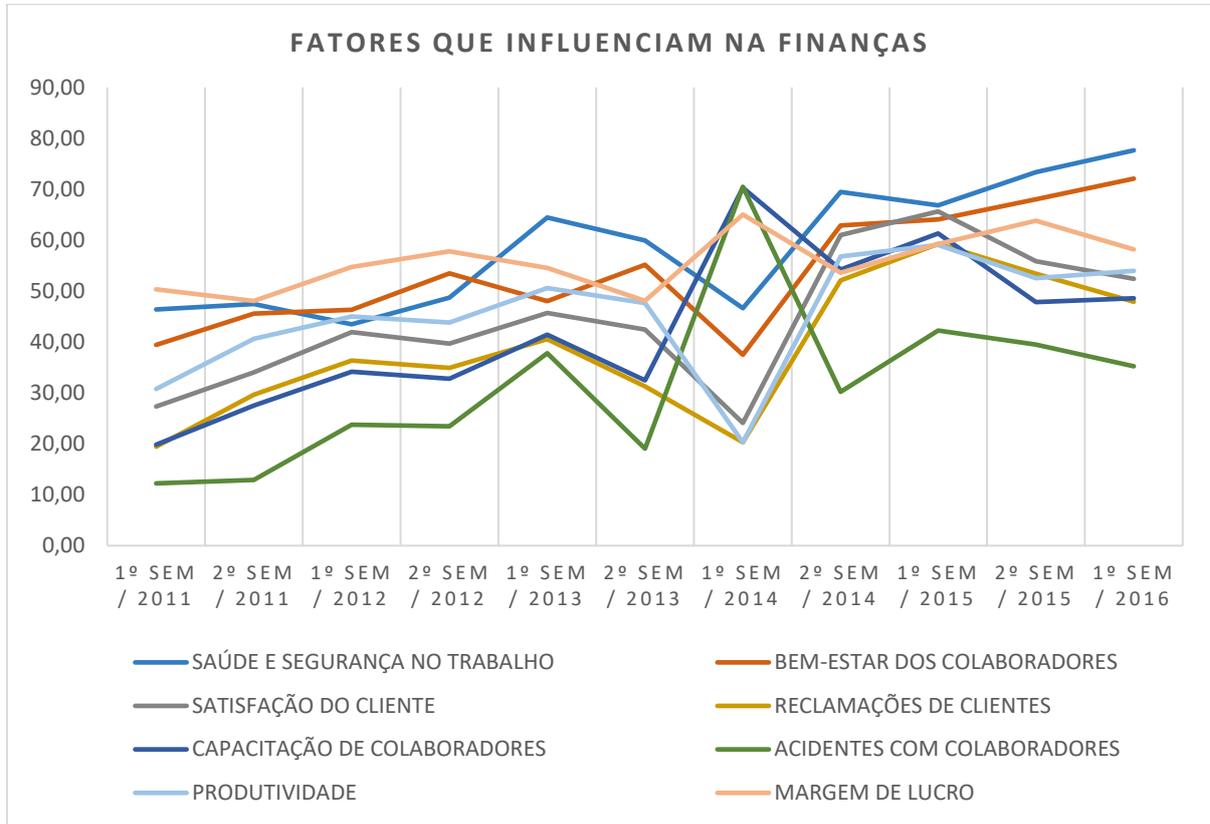


Gráfico 7 Fatores que influenciam nas finanças.

Sem uma identificação dos fatores sociais em que possuem vínculos diretos ou indiretos, as condições de sobrevivência das MPEs poderão ser mínimas, pois elas não terão parâmetros necessários para adotarem um posição flexível e adaptável diante da situação momentânea do mercado. As decisões financeiras na avaliação do investimento, são de extrema importância para que as empresas possam aproveitar oportunidades quase imperceptíveis, mas que refletem diretamente os interesses da sociedade.

A partir do desenvolvimento do tema, embasado pela literatura acadêmica, relacionado ao cotidiano vivido pelas micro e pequenas empresas dentro do atual contexto econômico, busca-se de forma oportuna conscientizar os proprietários de micro e pequenas empresas e, principalmente, os futuros empreendedores sobre planejar um negócio que atenda, além das suas expectativas pessoais, o desenvolvimento e o

enriquecimento da sociedade, como forma de conquistara estabilidade e a permanência no mercado, observando que responsabilidade social não é mera questão de bondade, mas é o diferencial na agregação de valor proporcionado pela empresa. Ela é um princípio fundamental que está associado a busca de oportunidades de mercado, redução de custos, faturamento e sobrevivência.

Observando o Gráfico 8, que mostra o desenvolvimento dos índices de faturamento, de poupança do empresário e de margem de lucro, poderemos ver que o faturamento cai ao longo do período analisado, como consequência da retração dos investimentos feitos pelas empresas, que reduz sua capacidade de produzir e alcançar novos mercados, acompanhado pela diminuição do interesse da inovação de produtos, processos de produção e novos negócios, apesar de enxergarmos uma aparente estabilidade na margem de lucro.

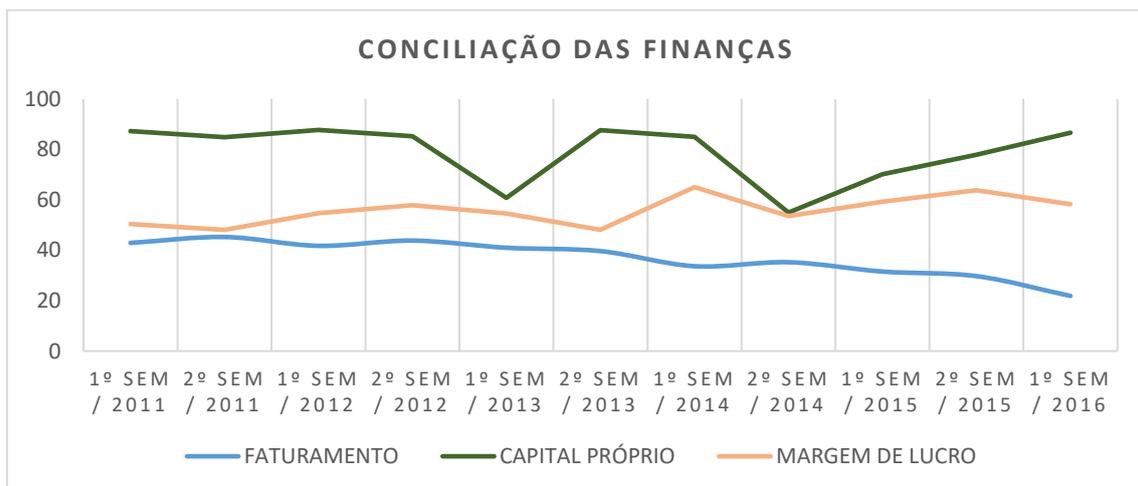


Gráfico 8 Conciliação das finanças.

5 CONCLUSÕES

Podemos concluir que o faturamento não tem a plenitude de indicar a viabilidade do negócio. Além dele, devemos avaliar o contexto econômico. Se observarmos, por exemplo, o Gráfico 8, veremos que no primeiro semestre de 2013 e no segundo semestre de 2014 as micro e pequenas empresas registraram maior necessidade de empréstimo para o capital de giro. Aumentos na necessidade de giro reduzem o caixa e, em consequência,



os fluxos de caixa previstos. Reduções no giro, ao contrário, liberam recursos financeiros, elevando os fluxos de caixa.

Para que uma empresa possa ter sucesso em seu negócio, ela deve primeiramente ser comprometida com um propósito além do financeiro. Ela deve identificar uma necessidade real da sociedade. Assim ela irá garantir mercado para vender seus produtos e serviços de forma adequada. Isso requer uma noção de capital social. Elkington (2001) refere-se a capital social como a capacidade que surge da prevalência da confiança da sociedade ou em partes dela e um dos seus maiores benefícios é a diminuição do atrito social.

Ter uma qualificação técnica para desenvolver um produto ou prestação de serviços não é suficiente para o desenvolvimento do negócio. Tem que se pensar no ambiente e observar quais fatores que mais influenciam nele. O modelo industrial tradicional de empresa não atende mais ao perfil mercadológico exercido nos dias de hoje. O ser humano mudou, assim como suas perspectivas, seus ideais, sua natureza e seu egocentrismo. Hoje, as pessoas buscam interagir com o meio, mas de uma forma pessoal, exclusiva, porém não individual. As pessoas estão mais sensíveis ao que ocorre no mundo. Junto com os benefícios proporcionados pela globalização, tivemos também o conhecimento, o contato, com as dores e as dificuldades de outros povos, outras culturas, outras economias. O mundo hoje está interligado, tanto na saúde, como na doença.

Por isso, é necessário que as empresas, principalmente as MPEs, tenham uma gestão baseada em diversas perspectivas, e não apenas unidimensional, voltada apenas para os resultados financeiros, para o lucro. Elas devem estar atentas ao que está ocorrendo a sua volta para se prepararem tanto para as oportunidades, como para os momentos econômicos difíceis. Não basta apenas observar o que está dentro da empresa. É necessário observar também o que está fora dela. A exemplo, os 758 empresários de micro e pequenas empresas de oficinas mecânicas de 65 municípios catarinenses estabeleceram um associativismo voltado para o crescimento empresarial e desenvolvimento social, sem perderem a noção de que, apesar de não se verem mais como “inimigos”, ainda são concorrentes, com a meta de montarem a maior rede de oficinas automecânicas do Brasil, com empresas e técnicos certificados, para oferecerem serviços diferenciados e conquistarem o posto de principal referência do setor.



A responsabilidade social não é apenas um conceito de bondade, mas é uma visão para o que de fato é necessário ser feito. Pensar em responsabilidade social não é pensar em resultados no curto prazo, mas é olhar para o futuro, e é isso que as MPEs necessitam, de uma visão, um horizonte, pensar que são agentes de mudança de suas comunidades e que podem contribuir para uma sociedade mais justa e coerente, sem agredir ao meio ambiente e sem esgotar seus recursos.

Para que as MPEs possam pensar no futuro e ter dinamismo no mercado, elas precisam reconhecer que a gestão financeira não é exclusividade apenas para as grandes empresas. A gestão financeira cria uma base disciplinar para empresa. Ela cuida para que as contas sejam pagas, realiza a captação dos recursos necessários e maximiza o valor atual dos lucros futuros dos proprietários e acionistas, auxiliando na escolha e seleção dos investimentos que possuem a melhor compensação entre risco e o retorno.

As MPEs, hoje, para sobreviverem e se ajustarem às incertezas da economia, precisam ter responsabilidade financeira por resultados financeiros do negócio e responsabilidade social e ecológica, integrando todos os recursos em um conjunto sistêmico capaz de alcançar os objetivos traçados e resultados sinérgicos. Com isso, a gestão financeira abordará a melhor maneira de obter resultados financeiros a partir da perspectiva baseada no consumidor, nos processos internos e no aprendizado e inovação dos integrantes da empresa.

A ausência de uma gestão financeira adequada e de um comprometimento social, em momentos de crise, conduzem empresários a decisões precipitadas na busca de respostas rápidas no curto prazo, levando-os a reduzirem gastos em atividades que criam valor futuro, como por exemplo, corte em P&D, em manutenção, em treinamento de funcionários e serviços ao cliente. Como consequência, as finanças apresentam uma melhora por causa da diminuição de gastos, porém, a longo prazo os lucros vão se esvaindo, pois, a empresa manteve seus recursos financeiros reduzindo investimentos em atividades que geram valor para o mercado. Dessa maneira, a carência de recursos de longo prazo leva o endividamento da empresa a concentrar-se no curto prazo, limitando a folga financeira e sua capacidade de expansão em condições de estabilidade, prejudicando seu crescimento e sua competitividade.



A gestão financeira busca um melhor e mais eficiente processo empresarial de captação e alocação de recursos de capital para suprir essa escassez, mantendo a saúde econômica da empresa e alcançando metas estabelecidas para a criação de valor.

REFERÊNCIAS

Arantes, Eliane Cristina. **Empreendedorismo e responsabilidade social [livro eletrônico]** – 2. Ed. rev. – Curitiba: InterSaberes, 2014. – (Coleção Gestão empresarial; v.4). Disponível em: <<http://unisul.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582129012/pages/5>> Acesso em 22 julho 16.

ASSAF NETO, Alexandre. **Curso de administração financeira**. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CALEIRO, João Pedro. **Renda do brasileiro tem segunda pior queda do século: 9,4%**. Disponível em < <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/renda-do-brasileiro-tem-segunda-pior-queda-do-seculo-9-4>>. Acesso em 13 julho 2016.

HENRIQUE, Arthur. **Pesquisa mostra saldo negativo em caixa de micro e pequenas empresas**. Disponível em < <http://www.dci.com.br/economia/pesquisa-mostra-saldo-negativo-em-caixa-de-micro-e-pequenas-empresas-id559681.html>>. Acesso em 13 julho 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. - Barueri, SP: Manoel, 2014.

LEMES JÚNIOR, José Carlos; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.



MARTINS, Tomas Sparano. **Estratégia e competitividade [livro eletrônico]**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em <unisol.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127803/pages/5>. Acesso em 13 julho 2016.

SEBRAE. **Relatório Sensor**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/artigos/confira-a-nova-edicao-do-relatorio-sensor,311d7a51b9105410Vgn-VCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 7 nov. 2016.

SEBRAE. **Centro Sebrae de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/sites/Sustentabilidade>>. Acesso em 7 nov. 2016.

SENO, João Paulo et al. Um safári de estratégia no Cerrado Mineiro: concepções de estratégia em micro, pequenas e médias empresas. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 4-29, dez. 2014. ISSN 1984-3372. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisol.br/index.php/EeN/article/view/1438/1954>>. Acesso em 22 julho 2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12. ed.- São Paulo: Atlas, 2013.